

Formação de profissionais para a educação de jovens e adultos trabalhadores*

Osmar Fávero**
Sonia Maria Rummert**
Sônia Maria de Vargas**

Resumo

O artigo discute a necessidade de formação de profissionais para a educação de jovens e adultos trabalhadores. São explicitados e analisados os pontos que têm as reflexões de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense sobre e na experiência do curso de especialização sobre educação de jovens e adultos trabalhadores dessa faculdade, baseada principalmente, na abordagem de Paulo Freire. O artigo também discute e define importantes aspectos da educação de jovens e adultos.

Palavras-chaves

Formação de Professores, educação de jovens e adultos, Paulo Freire.

Abstract

This paper discusses the need of education of professionals for working youth and adult education. The facts that guide the Universidade Federal Fluminense School of Education's teachers on and in the experience in the specialisation course youth and adult education, mainly based on Paulo Freire's theories. The paper discusses important issues related to youth and adult education.

Key Words

Teacher's education, youth and adult education, Paulo Freire.

* Proposta de Curso de Especialização realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense em 1998-99.

** Professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos vem crescendo em importância, no Brasil, devido ao contingente representativo da população que frequenta as classes de ensino supletivo ou procura outros caminhos para obter ou dar continuidade a sua formação, principalmente na esfera da educação profissional. É importante, no caso brasileiro, não ignorar o fato de que aproximadamente setenta por cento da População Economicamente Ativa do país possui uma escolaridade que não ultrapassa a quarta série do ensino fundamental.

Tal contingente, composto, em sua maioria, por jovens e adultos trabalhadores situados numa faixa etária que ultrapassa os estreitos limites legais da escolarização obrigatória (7 a 14 anos), possui características próprias que justificam a existência de uma área de estudo que aborde com competência tanto as questões práticas, quanto teóricas nela envolvidas.

Apesar desse quadro, a Educação de Jovens e Adultos é, reconhecidamente, uma das áreas de maior carência de atendimento no sistema educacional brasileiro. Dentro dela é ainda mais flagrante a necessidade da formação de profissionais capacitados para trabalhar com uma clientela ao mesmo tempo específica e diversa.

A Faculdade de Educação da UFF vem se empenhando no sentido de produzir conhecimentos e de atuar junto aos sistemas de ensino e aos movimentos sociais, no que diz respeito à alfabetização e à educação básica de jovens e adultos. Neste sentido, reconhecendo a importância e a especificidade desse campo de conhecimento, há vários anos, incluiu a Educação de Jovens e Adultos como disciplina obrigatória no currículo do Curso de Pedagogia e optativa para as Licenciaturas.

Em continuidade, o mesmo grupo de professores sentiu a necessidade e a importância da implantação de um curso de especialização para a *Formação do Educador de Jovens e Adul-*

tos Trabalhadores, buscando sedimentar os avanços obtidos e atender à demanda de profissionais da área, no Estado do Rio de Janeiro. A elaboração da proposta e a realização do curso exigiu a ampliação do grupo, não só articulando a participação de professores que assumiam disciplinas específicas na Graduação e no Mestrado, como também solicitando desses professores uma adequação dos conteúdos trabalhados e sobretudo das metodologias utilizadas especificamente para a clientela visada. Exigiu, ainda, um aprofundamento dos pressupostos assumidos pelo grupo inicial, os quais progressivamente foram sendo aceitos e vivenciados como plataforma comum. Externamente, esse movimento foi e está sendo respaldado no âmbito do Fórum de Educação de Jovens e Adultos, coordenado pela DEMEC/RJ, que tem desempenhado papel importante na articulação entre as diferentes instituições públicas e privadas que estão assumindo a Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio de Janeiro.

O presente trabalho objetiva explicitar e analisar os pontos fundamentais que têm norteado as reflexões desenvolvidas por professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, *sobre* o curso e *no* curso de especialização para a Formação do Educador de Jovens e Adultos Trabalhadores.

Sobre a definição da educação de jovens e adultos

A participação de várias instituições durante o processo constituinte de 1987-88 conseguiu inscrever na atual Constituição brasileira a obrigatoriedade do Ensino Fundamental gratuito "inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (Art. 208, I). A Emenda Constitucional nº 14, promulgada em 12.09.96, no entanto, suprimiu essa obrigatoriedade, mantendo apenas sua oferta gratuita (Art. 2º, I). Essa alteração dispensa o Estado de aplicar, na Educação de Jovens e Adultos,

verbas reservadas ao Ensino Fundamental e impede que a sociedade possa fazer valer, neste caso, o direito público subjetivo, mesmo quando aquela educação for desenvolvida sob a forma de Ensino Supletivo.

Por sua vez, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), em sua formulação final, diferencia:

- *Educação de Jovens e Adultos* para aqueles que não tiveram acesso aos estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria (art. 37, Seção V);

e

- *Educação Profissional*, como aquela que, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Art. 39).

De acordo com essas definições, a Educação de Jovens e Adultos compreende as ações de alfabetização e a oferta de cursos que visem a substituir ou completar a Educação Básica, desde que não cursada na idade própria. A rigor, essas ações educativas pertencem à esfera do Ensino Supletivo (designação que se conseguiu evitar na Constituição de 1988 e nos primeiros projetos da LDB, mas nela introduzida desde os primeiros momentos da tramitação pelas comissões da Câmara dos Deputados), dentro da competência do Ministério da Educação e do Desporto.

Por sua vez, a Educação Profissional de Jovens e Adultos tem ficado, prioritariamente, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho que, historicamente, coordena as instituições de formação ligadas ao empresariado (em especial o SENAI/SESI e o SENAC/SFSC, atualmente reunidos nos sistemas ligados às federações e confederações empresariais) e apoia algumas iniciativas desenvolvidas nessa área por sindicatos de trabalhadores e outras instituições da sociedade civil, em especial organizações não governamentais. Na realidade, o que assistimos hoje

é o deslocamento de responsabilidades, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, do Ministério da Educação e do Desporto para o Ministério do Trabalho.

De acordo com Haddad (1997: 112-3), as definições constantes da nova LDB significaram a rejeição de

(...) "uma concepção peculiar de educação, voltada para o universo do jovem e do adulto trabalhador, que possui um prática social, um modo de conceber a vida, uma forma de pensar a realidade. Mais do que isto, o projeto [Octávio Elísio] definia que o Estado deveria criar as condições para que esse trabalhador pudesse freqüentar a escola, não só abrindo horários específicos no local de trabalho, mas também garantindo escolas noturnas, após as dezoito horas, instituindo bolsas de estudos e outros direitos, como merenda escolar, livros didáticos etc. Portanto, o Estado deveria ter uma atitude indutora, convocatória, e criar condições para que ocorresse uma educação para o jovem e o adulto trabalhador, reconhecido como sujeito de direitos idênticos aos do restante da população".

Aquela distinção conceitual, todavia, não se sustenta nem teórica nem praticamente. De um lado, tanto no Ensino Supletivo quanto no Ensino Regular Noturno, na medida em que seus alunos são jovens e adultos que trabalham, não é possível a "oferta de um ensino adequado às condições do educando", prevista na Constituição de 1988 como dever do Estado (Art. 208,VI) e ratificada na LDB (Art. 37, par. 1º), sem tomar a realidade desse educando como princípio de organização e como condição básica para o atendimento às situações reais vivenciadas por trabalhadores que são alunos. Entendemos também que é impossível uma Educação Profissional de qualidade sem uma sólida educação geral, que efetivamente crie as bases para o raciocínio e a abstração.

Por outro lado, estão em curso muitas ações educativas que procuram integrar o ensino supletivo e a formação profissional. Nesse campo, vem se destacando, nos últimos anos, as atividades do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, desenvolvidas sob a coordenação da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional — SEFOR, do Ministério do Trabalho, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Podem ser assinaladas, ainda, outras atividades organizadas por empresas, por sindicatos patronais e também por sindicatos de trabalhadores ou por organizações não governamentais, que utilizam habitualmente o material didático multimídia produzido pela Fundação Roberto Marinho.¹

De maneira geral, pode-se dizer que todas essas ações, e também as iniciativas de alfabetização realizadas na esfera da Alfabetização Solidária, subordinam-se às exigências de conteúdos, métodos e principalmente tempos de duração impostas pelos contratos de financiamento e pelo material didático utilizado. Mais uma vez implanta-se um inaceitável aligeiramento da Educação Básica e uma incompreensível simplificação da Educação Profissional, se nos afastamos da lógica limitadora das demandas imediatas do mercado e das ilusões em que se pautam os rápidos cursos que prometem empregabilidade. Esse aligeiramento, tradicional no caso brasileiro, é parte do processo de desqualificação da educação de jovens e adultos, processo este iniciado no Governo Collor e ampliado nos últimos anos, tanto na expressão legal quanto na política governamental.²

Atualmente, observa-se, em boa parte dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, um movimento acelerado de “conversão” dos cursos supletivos em cursos regulares noturnos de Ensino Fundamental, buscando a utilização de verbas regulamentadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério, uma vez que o quantitativo de alunos dos cursos supletivos não é considerado no cômputo

geral de matrículas, que constitui a base de cálculo do FUNDEF.

Movimento equivalente está ocorrendo também com o Ensino Médio, cuja incidência de matrículas ocorre tradicionalmente nos cursos noturnos, procurado por uma clientela cada vez mais pressionada pela necessidade de elevar seu nível de escolaridade, em busca de uma inserção no mercado de trabalho.

Esses movimentos defrontam-se com pelo menos dois problemas básicos. Em primeiro lugar, muitos municípios não estão nem administrativa, nem tecnicamente capacitados a atender às demandas crescentes; uma vez que, nos anos 70 e 80, todas as ações da União, no que diz respeito ao Ensino Supletivo, foram dirigidas aos estados. Em segundo lugar, as instituições escolares também não estão preparadas para trabalhar com um alunado que tem características próprias e necessidades específicas. Omitindo, neste momento, as críticas à proliferação de cursos supletivos e mesmo cursos regulares noturnos tipicamente comerciais, que apenas visam lucros e pretendem satisfazer a clientela com um certificado, no mais das vezes sem valor efetivo, é preciso considerar que, mesmo para as instituições que agem corretamente e sobretudo para as escolas públicas, o adequado atendimento a jovens e adultos envolve problemas não resolvidos, referentes às condições materiais das escolas, à estrutura curricular, ao material didático e à formação dos educadores.

Sobre a educação de jovens e adultos trabalhadores

Como foi dito, visando contribuir para a profissionalização do educador de jovens e adultos trabalhadores e atender à demanda de novos quadros, os professores responsáveis pelas disciplinas de Educação de Jovens e Adultos, na Faculdade de Educação da UFF, organizaram, em 1998, a primeira turma do curso de especialização já referido, com os seguintes objetivos:

¹ Referimos apenas essas ações, por serem as mais amplamente difundidas e por estarem diretamente vinculadas ao tema deste trabalho. Isto não significa desconhecer e muito menos desvalorizar as várias experiências que estão sendo desenvolvidas pela sociedade civil e pelos movimentos sociais.

² Cf. Haddad (1997) e Beisiegel (1993 e 1997).

- formar profissionais qualificados para atuar na área de educação de jovens e adultos trabalhadores;
- contribuir para a formulação de políticas de educação de jovens e adultos;
- proporcionar a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para melhor entendimento dos processos de produção e apropriação de conhecimentos, por parte dos jovens e adultos;
- reunir elementos para analisar as práticas pedagógicas da educação básica de jovens e adultos nos sistemas escolares e não-escolares;
- estimular o desenvolvimento de pesquisas no campo da educação de jovens e adultos trabalhadores.

O recorte “jovens adultos trabalhadores” abriga um universo bastante amplo, mas que apresenta, em que pese sua diversidade, características comuns. Destacam-se como as mais importantes:

- para suprir as necessidades de sua existência, esses trabalhadores dispõem apenas de sua força de trabalho e de seu conhecimento;
- grande número desses trabalhadores estão destituídos dos direitos básicos de cidadania, principalmente nos dias atuais, em decorrência das formas como as novas tecnologias e os novos processos de organização do trabalho estão sendo apropriados pelo modelo neoliberal;
- parcela significativa desse universo é constituída por desempregados, pessoas em risco de perda de emprego ou que mantêm precários vínculos trabalhistas ou dedicadas à economia informal;
- outra parcela, cada vez mais crescente, é composta de jo-

vens subempregados ou mesmo sem nenhuma perspectiva de trabalho, pelo menos em futuro próximo.

O trabalho que realizamos tem, assim, como foco central os excluídos econômica, social e politicamente e expropriados culturalmente, com os quais trata-se de saldar uma imensa dívida social e histórica. Como ponto de partida, é necessário, então, conhecer o que efetivamente ocorre na vida desses jovens e adultos, nos dias atuais. Sem tal conhecimento, as ações educativas não poderão acarretar avanços efetivos.

Esse modo de focalizar a questão nos remete a um objetivo fundamental no âmbito da Educação de Jovens e Adultos: contribuir para a incorporação daqueles que estão vivenciando diferentes mecanismos de exclusão, dentro de um processo de construção de uma sociedade não-excludente e solidária. Nestes termos, a Educação de Jovens e Adultos é, em primeiro lugar, exigência e condição de cidadania

Este objetivo maior, norteador da construção da proposta e do desenvolvimento do curso, implica superar representações arraigadas na cultura que perpassa a educação e outras práticas sociais. Do conjunto de tais representações, é pertinente destacar aquelas que inspiram muitas práticas que consideram a Educação de Jovens e Adultos como algo a ser adaptado, ou mesmo reproduzido a partir das ações desenvolvidas junto à população infantil; o jovem e o adulto desescolarizado seria alguém que deixou de cumprir, por deficiências próprias, a tarefa que lhe cabia na infância: estudar. Em decorrência, jovens e adultos são tratados, em certa medida, como se fossem crianças; infantiliza-se assim a prática educativa.

Outra representação corrente em nossa sociedade prende-se à perspectiva que concebe a Educação de Jovens e Adultos como uma ação de caráter voluntário, marcada por um cunho de doação, favor, missão, e movida pela solidariedade tal como concebida na

perspectiva liberal de ajuda aos mais pobres, de caridade para com os desfavorecidos.

Tais representações, além de desprofissionalizar o educador de jovens e adultos e a própria ação educativa com eles desenvolvida, distancia a Educação de Jovens e Adultos de um estatuto próprio, que subsidie a formulação de propostas teórico-metodológicas compatíveis com as vivências e os saberes daqueles aos quais se destina. Perde-se, assim, a possibilidade de nortear a Educação de Jovens e Adultos conforme os fundamentos da educação unitária que visa superar a distinção qualitativa entre a formação daqueles que concebem e dirigem e daqueles que executam e são subordinados.

Tais afirmações não ignoram a multiplicidade de ações que se distanciam das características acima expostas, mas que não assumiram ainda a hegemonia no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. Não se ignora também a significativa produção no âmbito da História, da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia, por exemplo. No entanto, é necessário reconhecer que a riqueza dessas ações e dessa produção ainda não impregna suficientemente a cultura educacional — sobretudo escolar —, nem influencia significativamente as políticas públicas e, muito menos, as representações da maioria da sociedade em relação à Educação de Jovens e Adultos.

Entendemos que uma atuação ampla e efetiva, no âmbito de Educação de Jovens e Adultos se apresenta como fundamental em nosso país, desde que se pretenda construir uma sociedade que integre social, política, cultural e economicamente a totalidade da população e não apenas parte dela, como é característica do projeto neoliberal. Entretanto, a educação só pode ser compreendida como parte essencial de um processo com múltiplas determinações e não como chave mágica que promove a inclusão na sociedade de mercado, em que a competitividade e o individualismo se impõem como valores supremos.

Atualmente, o discurso dominante apregoa a necessidade de que os trabalhadores sejam mais escolarizados, para que possam ser polivalentes. Além do mais, devem ser participantes. A participação é uma categoria que interfere diretamente no objetivo maior da ação educativa com jovens e adultos. Como ponto de partida, deve-se estabelecer uma diferença radical entre duas formas básicas de participação. A primeira incentiva diferentes práticas nas empresas, em comunidades locais e em movimentos cujo caráter está marcado (e demarcado) pela ação atomizada, supostamente não-política. Funda-se na idéia de que os menos favorecidos devem contribuir diretamente no trabalho de redução das condições de exclusão, sem que, entretanto, sua participação traga qualquer alteração substantiva nas matrizes geradoras das desigualdades sociais. Essa forma de participar ocorre de modo subordinado, tutelado, com caráter estritamente formal. Os indivíduos e as coletividades são colocados apenas aparentemente na condição de sujeitos, mas são mantidas as marcas de heteronomia, de subordinação e o efetivo poder decisório não é partilhado.

A segunda forma de participação pressupõe a real construção de sujeitos e se dá de modo consciente e crítico. Nela, os indivíduos e as coletividades atuam efetivamente como sujeitos. Constituem-se em protagonistas dos processos sociais, políticos e econômicos, neles se envolvendo e com eles se comprometendo com identidade própria e partilhando o poder decisório. A formação para essa participação não-tutelada, decorrente da efetiva constituição de sujeitos autônomos, é a que devemos perseguir nas ações educativas para jovens e adultos.

Mas é necessário observar que os princípios que pautam as novas formas de organização do trabalho, assim como os parâmetros de inserção dos trabalhadores nessa organização, fundam-se no individualismo e na competição. E não é exagero afirmar que grande parte das

atuais ações na área da formação de jovens e adultos trabalhadores, principalmente quando desenvolvidas no âmbito do Estado e/ou por iniciativa do Capital, objetivam formar para a participação tutelada, solapando os processos de constituição de sujeitos. Nossa proposta vai contra a feição conservadora das demandas por um trabalhador de novo tipo, apto a servir aos interesses dominantes. A ação educativa comprometida com a construção de uma democracia substantiva não pode ficar limitada a esses horizontes.

Sobre os fundamentos teórico-metodológicos

Tendo em vista que a clientela trabalhadora não-escolarizada, e mesmo insuficientemente escolarizada, constrói seus conhecimentos fora dos modelos escolares, procuramos refletir sobre uma concepção diferente de educação, a partir de uma motivação básica: elaborar uma proposta para a Formação do Educador de Jovens e Adultos Trabalhadores que incorpore os diversos domínios do conhecimento, com o desafio de apropriá-los para o atendimento ao jovem e ao adulto trabalhadores, buscando integrar os processos de produção e sistematização do conhecimento escolares e não-escolares.

Para isso tornou-se fundamental retomar a proposta de Paulo Freire, cujo método de compreender o mundo, de educar conscientizando, passa obrigatoriamente pelo exercício do diálogo. Diálogo este que parte de uma conversa inicial conosco mesmo; pela compreensão de quem somos e onde estamos, indicando assim o quanto as pessoas *do* mundo precisam se transformar em pessoas *no* mundo, na articulação entre subjetividade e objetividade, num processo incessante de construção da cidadania.

Entretanto, para que a formação para a cidadania deixe de ser apenas um fim abstrato e inatingível, é necessário que sejam criadas condições para sua efetiva realização, através do pro-

cesso de constante explicitação do conceito de cidadão que assumimos, dos valores que lhe são subjacentes e das condições objetivas fundamentais para sua concretização.

Concebemos o curso de especialização segundo uma abordagem teórico-metodológica que visa proporcionar aos participantes o acesso às teorias do conhecimento que subsidiam a compreensão da realidade do aluno trabalhador e sua efetivação em processos de investigação, que contemple experiências, vivências e memórias. Sua proposta foi elaborada a partir da convicção de que a Educação de Jovens e Adultos, compreendida em seu sentido pleno, — e não apenas como uma ação que ofereça rudimentos de leitura, escrita e cálculo —, demanda a atuação de profissionais qualificados para relacionar dialeticamente teoria e prática, dominando ambas e fazendo-se permanente pesquisador comprometido com o avanço e o aprofundamento do conhecimento.

Em decorrência, em uma perspectiva dinâmica, as disciplinas foram articuladas de acordo com os seguintes eixos: epistemológico, espaço-temporal, cognitivo-pedagógico e os relativos aos processos de investigação, mantendo-se as perspectivas do método como caminho do conhecimento e da dialética contida no pensamento de Paulo Freire. Buscamos sempre evidenciar claramente as questões de poder inerentes ao exercício da prática pedagógica, pois não é o discurso que ajuíza a prática, mas, ao contrário, é a prática quem ajuíza o discurso (FREIRE, 1982, p.97-8).

Para a obtenção de um entendimento que contemple a complexidade dos saberes populares, estamos conscientes da necessidade de integrar na Educação as contribuições das áreas da Antropologia, da Psicologia, da Sociologia, da Lingüística, da Política, da Economia, assim como das habitualmente chamadas Ciências Naturais e Ciências Exatas, tomadas como legítimos parceiros na compreensão do mundo. Hoje,

não podemos falar em Educação de Jovens e Adultos sem conceber um diálogo intenso e permanente entre as várias áreas do conhecimento que permitam conhecer a inserção do aluno trabalhador no mundo atual.

Por outro lado, é importante considerar, na ação educativa, a diversidade cultural dos trabalhadores, pois cada aluno adulto carrega um mundo de significados e significações, expressos nas formas de andar, vestir, olhar, falar, nas maneiras próprias de dizer suas verdades nas muitas linguagens, verbais e não-verbais, que transcendem aquelas conhecidas e priorizadas nas sociedades letradas.

A disponibilidade e a abertura ao *outro* devem ser estimuladas por uma prática que implique o diálogo de indivíduos de diferentes culturas, através de atividades ou de projetos comuns. Tanto a afetividade quanto a racionalidade devem ser utilizadas como formas de abordagem cognitiva. Os indivíduos são assim instados a compreender o *outro* em toda a sua complexidade e não como um representante de um estereótipo cultural. Através desse encontro interpessoal, a questão cultural é colocada e abordada de modo a mostrar toda a sua relatividade, levando em conta seus múltiplos componentes e interações, conflitos e rupturas.

Em sua pedagogia crítica, Paulo Freire nos alerta para a importância fundamental do diálogo no processo educacional, certo de que o "*conhecimento não se transfere, o conhecimento se constrói*" Ele não é dado de graça, como na perspectiva da educação bancária, mas produzido na estreita relação entre teoria-prática: "A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática é por ela iluminado, tal como a prática que ilumina o pensamento é por ele iluminado." (FREIRE, 1978, p.65).

Não tendo tido a oportunidade de frequentar escolas, ou por ela tendo apenas "passado", esses jovens e

adultos construíram, em sua prática cotidiana, em sua experiência de vida, estratégias de apreensão e transmissão de conhecimentos que lhes possibilitam desempenhar tarefas e funções no mundo do trabalho. Os conhecimentos por eles elaborados foram construídos por processos não-escolares de construção do saber, na maioria das vezes formulados dentro do espaço do trabalho produtivo, ou dentro de *comunidades de prática* — ou seja, grupos de pessoas que dividem interesses e objetivos semelhantes, utilizam práticas comuns e se expressam numa mesma linguagem.³

É de fundamental importância estudarmos como se dá o processo de aquisição/transmissão do conhecimento, para que seja possível estabelecer uma conceituação mais precisa dos processos informais de formação. O educador que tem interesse em trabalhar na formação de jovens e adultos precisa não só conhecer os conteúdos que perpassam a realidade, mas também compreender as estratégias utilizadas em sua construção e transmissão. Só assim estará aberto para entender como esses processos, construídos fora da escola, interferem na forma de aprender.

Para termos maior clareza sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos jovens e adultos, devemos buscar, além dos muros escolares e fora das relações didáticas tradicionais, outras práticas pedagógicas aprendidas em outros espaços educativos que vão certamente influenciar, direta ou indiretamente, o processo de ensino-aprendizagem, a ser vivenciado por jovens e adultos nas escolas e centros de formação profissional.⁴

Assim concebendo a formação do educador de jovens e adultos trabalhadores, o curso de especialização foi estruturado de acordo com os seguintes eixos:

- *sócio-antropológico*, que permite entender os processos de produção e sistematização do conhecimento que ocorrem em contextos culturais diversificados;

³ Lave & Wenger (1993), em seus estudos sobre 'aprendizagem situada', afirmam que o princípio epistemológico da aprendizagem se encontra na participação em uma prática cultural que contenha um conhecimento.

⁴ No caso brasileiro, dispõe-se de uma abordagem pioneira de Carlos Rodrigues Brandão, *Estrutura e processo sociais de reprodução do saber popular: como o povo aprende?* redigido como introdução a "um estudo sobre os modos de representação do conhecimento, sobre estrutura e relações de ensino-aprendizagem entre sujeitos e grupos populares, responsáveis pela transferência do saber de práticas produtivas e rituais." (Campinas: Unicamp, out. 1982, mimeo.).

- *sócio-político-econômico*, que possibilita compreender as implicações, para a formação do trabalhador, das relações existentes entre trabalho e educação, assim como o significado das políticas públicas vigentes;
- *histórico*, visando conhecer como foram produzidas as diferentes experiências de educação popular e de educação de jovens e adultos trabalhadores, em momentos significativos da história do país.

Estes eixos constituíram-se nos elementos norteadores da organização dos conteúdos que compõe cada uma das disciplinas do Curso, apresentadas no Anexo I.

Sabemos também que, cada vez mais, as ações globalizadoras do mundo do trabalho e da produção vêm se refletir nas ações locais. No entanto, é importante analisarmos mais de perto como essa mesma globalização vem excluindo parcelas cada vez maiores da população, que estão à margem da sociedade, e conseqüentemente não têm acesso à educação.

É de fundamental importância, ainda, conhecer as representações que jovens e adultos fazem sobre o seu próprio processo de formação, privilegiando-os como atores sociais. É função do educador de jovens e adultos procurar conhecer e valorizar esses processos, apropriar-se deles, recriá-los, tendo em vista a construção de novos saberes, que se integrem, criticamente, à cultura acumulada e sistematizada universalmente.

Em síntese, estamos referindo a questão metodológica ao processo do conhecimento que deve ser realizado para apropriar-se criticamente da realidade e transformá-la. Ou seja:

"Emprender um processo educativo significa poner em práctica una determinada teoría del conocimiento, puesto que la acción educativa en

sí misma es un proceso de creación e recreación de los conocimientos. Nosotros basamos nuestra concepción metodológica (es decir, nuestra concepción sobre la lógica interna del proceso de la educación popular) en la teoría dialéctica del conocimiento: partir de la práctica, teorizar sobre ella y regresar a la práctica; partir de lo concreto, realizar un proceso de abstracción y regresar de nuevo a lo concreto." (Jara, 1994:100)

Reiteramos que, assumir esta postura teórico-metodológica significa tomar como ponto de partida da ação educativa o conhecimento que os jovens e os adultos têm da realidade, o saber por eles apreendido da experiência e os conteúdos formais que explicam essa realidade vivida. Significa também assumir que é função principal da educação de jovens e adultos:

(...) "favorecer uma análise profunda sobre este saber, colocar as informações vindas do senso comum em questão, criar condições para o acesso a novas informações e auxiliar os jovens e adultos na (re)elaboração e (re)organização destes conhecimentos, a partir do seu núcleo de 'consenso'. Assim, a partir de sua construção pessoal/grupal, o trabalhador-aluno terá acesso e apropriar-se-á do 'conhecimento científico', utilizando-o para estabelecer uma leitura mais crítica do meio social onde está inserido. Com isso, o processo educativo deverá priorizar as relações conhecimento-realidade, levantando hipóteses e experimentando-as para avaliá-las e/ou modificá-las, num processo onde o professor e o aluno são sujeitos ativos desta interação, ambos trabalhando em um clima de pesquisa, de busca, onde a idéia de 'erro' fica substituída pela de hipóteses sendo testadas no processo de construção do conhecimento, isto facilitado pela 'troca entre iguais'" (Prefeitura de Porto Alegre, 1997, p.23)

Anexo I - EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Fundamentos Epistemológicos de Educação de Jovens e Adultos

Estudo das bases filosóficas, antropológicas e sócio-históricas da educação de jovens e adultos. A fenomenologia e a afirmação do sujeito. A abordagem construtivista da cultura. Alienação, consciência, liberdade, conflito e hegemonia: categorias essenciais à compreensão do processo educacional.

História de educação de jovens e adultos

As campanhas de alfabetização de adultos e adolescentes dos anos 50; a experiência de cultura e educação popular dos anos 60; o sistema de alfabetização de Paulo Freire. O ensino supletivo, o Mobral, a Fundação Educar e as alternativas de educação de jovens e adultos na sociedade civil, nos anos 70 e 80. Experiências recentes, no Brasil e na América Latina; o papel dos organismos internacionais.

A educação de jovens e adultos na atualidade brasileira

Análise das concepções sócio-políticas que fundamentam as diferentes intervenções no campo da Educação de Jovens e Adultos e identificação do papel atribuído à educação em cada uma dessas concepções. Iniciativas do Estado, do empresariado, dos trabalhadores organizados e das organizações não-governamentais.

Trabalho e educação

A relação entre trabalho e educação e sua influência nas concepções

de formação do adulto trabalhador. Polivalência e politecnia.

Processos de Produção e Sistematização do Conhecimento: I. Língua portuguesa - II. Estudos Sociais - III. Matemática - IV. Ciências

Estudo das diferentes abordagens dos processos de produção e sistematização de conhecimentos, com base na análise dos conteúdos das áreas tradicionalmente consideradas na escola, em sua relação com os saberes não escolares, buscando constituir indicativos metodológicos numa perspectiva interdisciplinar

Processos de investigação I

Análise crítica das abordagens de pesquisa, visando a articulação teórico-prática das diferentes áreas do conhecimento que interagem nos processos escolares e não escolares de ensino-aprendizagem de jovens e adultos, estabelecendo um panorama do encadeamento entre as etapas de elaboração de uma pesquisa e as ações inerentes a um procedimento científico.

Processos de investigação II

Análise crítica das abordagens de pesquisa desenvolvidas na área de EDJA, visando a articulação teórico-prática, das diferentes áreas do conhecimento que interagem nos processos escolares e não escolares de ensino-aprendizagem de jovens e adultos estabelecendo um panorama completo do encadeamento entre as etapas de elaboração de uma pesquisa e as ações inerentes a um procedimento científico.

Bibliografia

- BEISIFGEL, C. de Rui. Considerações a propósito de um projeto educacional. *São Paulo em Perspectiva*, p.38-49: São Paulo: SEADE, 1993.
- _____. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, nº 4, p.26-34: São Paulo, jan./abr. 1997.
- BRANDÃO, C.R. *Estrutura e processo sociais de reprodução do saber popular: como o povo aprende?* Campinas, Unicamp, s.d., mimeo.
- DASEN, P. *Savoirs quotidiens et éducation informelle*. Genève: FAPSE/DPSF, 1987.
- DE VARGAS, S. M. de. *A Atuação do Departamento de Ensino Supletivo do MEC no período 1973-79*, Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1984. (Dissertação de mestrado).
- DE VARGAS, S. M. de. *Le Processus de formation professionnelle des enseignants "leigas" dans le développement de l'école primaire rurale au Brésil, et plus particulièrement dans l'Etat de Minas Gerais*. Genève: Université de Genève, 1995. (Tese de doutorado).
- FREIRE, P. A alfabetização de adultos; é ela um que fazer neutro? *Educação e Sociedade*, vol. 1, nº 1: São Paulo, set. 1978.
- _____. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *O educador, vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HADDAD, S. A Educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BRZEZINSKI, Iria. *LDB interpretada*; diversos olhares se entrecruzam, p.111-27: São Paulo, Cortez, 1997.
- JARA, O. El reto de teorizar sobre la práctica para transformarla. In: GADOTTI, M. e TORRES, C.A.(org.). *Educación popular, utopia latino-americana*, p.89-110: São Paulo, Cortez Ed. & Edusp, 1994.
- LAVE, J. et WENGER E. *Situated learning; legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993
- NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. Totalidades de conhecimento; um currículo em educação popular, *Cadernos Pedagógicos*, nº 8: Porto Alegre, set.1997.
- RUMMERT, S. M. *Educación de qualidade - diferentes visões*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1998. (Tese de doutorado).

